

A AÇÃO PEDAGÓGICA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL DE 1549 A 1599

Camila Nunes Duarte Silveira¹

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: milaecinho@yahoo.com.br

Palavras-chave: Colônia. Jesuítas. Método Pedagógico. Educação.

Apresentação

A proposta em estudar o método de ensino utilizado pelos jesuítas surgiu a partir dos questionamentos acerca da atual estrutura educacional brasileira. Não com o objetivo de justificar esse sistema, mas com a intenção de saber como tudo começou, tendo em vista que os jesuítas fizeram parte da formação da sociedade brasileira e um estudo mais aprofundado sobre a Companhia de Jesus pode trazer à luz importantes informações a respeito da história da Educação no Brasil.

Tanto nos cursos de Pedagogia, ao estudarmos história da Educação, quanto nos cursos de Licenciatura em História, pouco é abordado sobre atuação dos padres inicianos no primeiro século do Brasil Colonial. Fato que abre lacunas na formação dos profissionais da Pedagogia e da História que trabalham diretamente com a educação, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para que novas pesquisas sejam realizadas com vistas a contribuir com a historiografia da Educação Brasileira.

Embora a intenção inicial dos padres jesuítas fosse trabalhar com as missões, o trabalho educacional dos mesmos com o passar do tempo teve uma repercussão, acima da esperada.

Posto isto, a pretensão dessa pesquisa não é julgar a atuação dos jesuítas numa perspectiva crítica ou apologética, tendo em vista que muitas e diferentes são as tendências historiográficas que procuram abordar tais questões. Seu *locus* está, especialmente, na compreensão desse método de ensino utilizado por eles no “processo de colonização”, especialmente no ensino sistemático e na evangelização, o qual fez com que se tornassem

¹ Participante do Grupo de pesquisa do Museu Pedagógico Fundamentos da Educação, coordenado pela Profª Pós-Doutora Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro.

personagens importantes no cenário da educação brasileira perdurando com tanta influência e por longos 210 anos. Deste modo, o presente estudo, tem por finalidade analisar os fundamentos e práticas da pedagogia jesuítica na catequese e no ensino das primeiras letras no Brasil Colonial (1549 - 1599).

Algumas discussões² realizadas contribuíram para o despertar de questionamentos que nortearam a problematização da pesquisa: Quais circunstâncias históricas e sociais implicaram a vinda dos padres inacianos para o Brasil? Quais as intenções em educar os habitantes da terra brasílica? Qual a importância do método que fez com que os jesuítas fossem considerados educadores de destaque durante tanto tempo?

A partir do momento que começam a surgir os questionamentos, a grande motivação que se tem é justamente descobrir o novo. Para que isso ocorra, não podemos nos prender apenas aos “questionamentos norteadores”, haja vista que estes não podem antecipar nenhum resultado. O que deverá levar o pesquisador adiante é a possibilidade de maravilhar-se com a realidade que se está estudando.

De posse do que “pesquisar”, o caminho a seguir parece longo, mas bem “iluminado” por teóricos que se preocuparam em escrever sobre a atuação dos padres inacianos, a exemplo de Serafim Leite, Luiz Alves de Mattos, José Maria de Paiva, Luis Fernando Klein, e pelos próprios personagens daquele período quando em suas cartas relatavam a lide do dia-a-dia da colônia, dentre vários, Padre José de Anchieta, Manuel da Nóbrega e Azpilcueta Navarro. Não deixando de mencionar as produções de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia e principal idealizador do método pedagógico jesuítico. As constituições, os Exercícios Espirituais e por fim a *Ratio Studiorum* produzidas por Loyola (1491-1556), constituíram a base do “modo de ser” dos Jesuítas e serão objetos de análise dessa pesquisa.

Os estudos realizados pelos teóricos mencionados fazem sentido quando, ao deparar com a leitura e análise dos escritos, o pesquisador define seu olhar e, a partir dele, começa a dialogar com o fato histórico.

Diante disso, a pesquisa, de natureza documental, ocorrerá por meio da análise de fontes primárias, a exemplo das cartas jesuíticas e de outros documentos por eles produzidos os quais constituirão a base para a compreensão do objeto a ser estudado, bem como fontes secundárias de diferentes autores que abordam o tema, possibilitando uma melhor visão acerca do “Período Heróico” (1549-1570) e alguns anos que se seguem no Brasil Colonial.

² As discussões são feitas nos encontros do Grupo Fundamentos da Educação, liderado pela Prof^a Dra. Ana Palmira Bittencourt Casimiro, ao qual faço parte desde 2009.

Por compreender que o objeto a ser estudado está inserido em um movimento histórico, composto por ações de atores sociais, imbricados numa “teia” de relações e representações sociais (de trabalho, de economia de educação) que modificaram a realidade, o Materialismo Histórico Dialético contribuirá com a proposta da pesquisa que ao investigar os padres inicianos não os afasta da sua realidade econômica, social e política.

Para o historiador, o Materialismo Histórico Dialético, constitui um importante instrumento para orientá-lo em sua pesquisa haja vista que, ao apropriar-se desse método, ele, enquanto membro de um grupo social e exercendo seu papel de “distinguir diferentes estruturas e tempos” (PAIVA, 1982, p. 15), poderá ultrapassar os limites da própria existência e, transcendendo ao seu tempo, poderá fazer vir à tona, “reviver” determinado momento que deve ser compreendido não em si mesmo, mas dentro de um contexto que parte daquele ponto que denominamos começo.

1. Da Europa Renascentista ao Brasil Colonial

Conhecer a Companhia de Jesus e a sua representação nas terras brasílicas do século XVI significa, antes, compreender o contexto histórico em que esta ordem foi formada, a teia de relações e acontecimentos vivenciados pela Europa Renascentista, correlacionada a uma série de acontecimentos em séculos anteriores que consolidaram-se no século XVI e ocasionaram importantes transformações no pensamento político, religioso e social do período.

O século XVI fora testemunha de uma série de acontecimentos que vinham modificando o curso da civilização ocidental. A Europa vivenciava a transição de um pensamento medieval que se apagava, para vir à luz um novo pensamento, o renascentista. A nova visão de homem e de sociedade causou mudanças políticas e estruturais que repercutiram especialmente na atuação da Igreja, antes detentora do poder que regulava a forma de ser e agir, e agora o dividia com o Estado. Na análise de Nagel:

Novas formas cognitivas revelavam explicitamente que o mundo não se movia mais sob as coordenadas da Bíblia, ou melhor, não se movia mais exclusivamente pelas relações que privilegiavam o misticismo, a caridade, a esmola, a humildade, a dependência, as relações vassálicas ou a investidura (NAGEL, 1994, p. 31).

Novos papéis iam sendo definidos e embora reconhecesse e acatasse as leis da Igreja, o Estado, impelido pelos avanços econômicos e outras incontáveis transformações, via-se

envolvido em alguns desacordos com esta Instituição. Sobre esse aspecto, Abreu considera que:

Apesar de tudo ocorriam frequentes atritos entre a Igreja e o Estado, aquela disposta a abrir o menos possível mão de suas atribuições antigas, este conquistando ou assumindo sempre novas faculdades, para arcar com os problemas crescentes, legados onerosos do regime medieval, exigências inadiáveis de uma situação transformada pelo comércio fortalecido, pelas comunicações ameadadas, pela indústria renascente, pela renovação intelectual, pela circulação metálica em luta contra a economia naturista, rasgando horizontes mundiais (ABREU, 1988, p. 55).

Inserido neste contexto, encontra-se o novo homem que, desprendido da promessa de felicidade no céu, passa a preocupar-se com a felicidade terrena. Ele ousa, investe, vivencia novas experiências e busca estabelecer novas formas de comércio. Para isso, vai além, ultrapassa fronteiras, conhece outros países, outras leis e estabelece relações e atividades mercantis seja por meio da camaradagem, seja por imposição da força.

Embora antecedentes ao século XVI, as grandes navegações foram a resposta para demonstrar tamanha ousadia e os europeus viam na descoberta de novas terras e na colonização a alternativa para o alargamento do mercado em expansão. Neste ínterim, merecido destaque tem Portugal, segundo Holanda (1995),

[...] tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão. Nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram [...] (HOLANDA, 1995, p. 43).

A posição geográfica privilegiada onde Portugal se encontrava, propiciava aos portugueses intimidades com o mar. Abreu (1988, p. 12) afirma que o conhecimento que eles tinham sobre as ilhas do Ocidente remonta ao período da dominação romana, desde 1415, na expedição a Ceuta, para a qual já reuniram grande quantidade de embarcações e marinheiros.

Ávidos por riqueza, os portugueses se dispuseram a superar os medos e a atravessar o oceano. Os conflitos que por vezes enfrentavam não se sobrepunham aos interesses convergentes que faziam com que tal empreitada estivesse sob uma dupla direção, Igreja e Império. Papa e El-Rei se uniam para catequizar os gentios, impor a cultura portuguesa e obter total controle das leis e da economia, esta agora baseada especialmente no

mercantilismo. A conquista por novas terras resultaria em mais riquezas e prestígio social e político (PEREIRA, 2007, p. 62).

As principais razões que motivaram as navegações portuguesas, desde a primeira metade do século XIV, foram o comércio de especiarias, a busca por metais preciosos e expansão da fé cristã. As viagens marítimas levaram esses conquistadores às terras africanas - litoral marroquino, Saara, Ilhas de Cabo Verde e tinham por propósito conter a expansão dos muçulmanos que já dominavam terras e mares orientais.

Para isso, tentaram encurtar o caminho para as índias atravessando a África, mas o veto de Ptolomeu fez com que a idéia fosse logo abandonada, contudo não os impediu de criar uma nova rota. A descoberta do Cabo Verde (1445) demonstrou a possibilidade de explorar novas fronteiras.

As descobertas do Novo Mundo incitaram discussões sobre a propriedade das novas terras. Em 1494, Portugal e Espanha estabeleceram um acordo denominado Tratado de Tordesilhas para dividirem entre si as terras recém-descobertas e a descobrir. O referido Tratado beneficiara não somente a Espanha, mas especialmente Portugal. Na análise de Couto:

Os resultados das explorações lusitanas nas paragens ocidentais [...] foram incorporados, como acontecia com os territórios pertencentes ao Velho Mundo, nas cartas padrão régias. Da valiosa produção cartográfica de 1502 somente se conserva o planisfério português anônimo, o famoso “cantino”. No entanto o traçado da costa brasílica desde Cananéia – local por onde passava, ao sul, o meridiano de Tordesilhas – encontrava-se deslocado para o oriente, ou seja, foi falsificado de modo a impedir a revelação de que as terras pertenciam à coroa de Castela (COUTO, 2000, p. 56).

Torna-se evidente que antes de oficialmente “descobertas” por Cabral, Portugal já tinha conhecimento das terras “brasileiras”. Sem desconsiderar importante informação, a análise do processo de ocupação das “Terras dos Papagaios” terá como partida o marco de 22 de Abril de 1500, quando liderado por Pedro Álvares Cabral, a esquadra avista o grande monte, batizado pelo capitão de “Monte Pascoal”.

1.1 Terra brasílica: primeiros contatos

A chegada dos navios portugueses à “Bahia” a 22 de Abril de 1500 é narrada por Abreu que também faz uso das palavras de Caminha:

A 14 foram avistadas as canárias, a 22 as ilhas de Cabo Verde. Um mês mais tarde, a 21 de abril, boiaram ervas marinhas muito compridas, sinais de proximidade de terra, no dia seguinte confirmados por aves, e realizados à tarde: ‘Neste dia, a horas de véspera, houve vista de terra: primeiramente dum grande monte mui alto e redondo e doutras serras mais baixas de Sul delle, e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão poz nome monte Paschoal’, escreve Pero Vaz de Caminha [...] (ABREU, 1988, p. 65).

Após ancorarem as naus, os momentos que se seguem são de sondagem e estabelecimento de relações com os nativos. Alguns já se encontravam na praia, observando as movimentações desde os primeiros momentos, mas é somente no sábado, dia 25, que são estabelecidos os primeiros contatos.

A 25 de Abril, dia de páscoa, Cabral mandou armar no ilhéu da Coroa Vermelha, um altar que seria destinado à celebração da primeira missa:

A primeira cerimônia cristã no Brasil, à qual assistiram a tripulação e cerca de duzentos tupiniquins [...] foi presidida por frei Henrique de Coimbra, guardião dos Franciscanos, que, num improvisado púlpito, também se encarregou da pregação, dissertando sobre o significado da quadra pascoal e do descobrimento daquela terra. (COUTO, 2000, p. 51).

Os dias subseqüentes foram destinados à tentativa de estabelecer boas relações com os tupiniquins e a explorar mais detalhadamente a terra, o retorno a Portugal se deu no dia 02 de maio, mas aqui deixaram “dois grumetes que tinham desertado nas vésperas da partida e igual número de degredados” (COUTO, 2000, p. 53).

Novas expedições autorizadas por D.Manuel I se seguiram em anos posteriores (1501-1502), com vistas a levantar as potencialidades econômicas da Terra de Santa Cruz.³ Embora tenham avançado na conquista por novos mundos, não por uma organização metódica, nem por uma “vontade construtora e enérgica”, ao contrário, “fez-se com desleixo e certo abandono” (HOLANDA, 1995, p. 43).

Diante da necessidade de monopolizar o mercado, o rei de Portugal enviou os colonizadores a um imenso território que não dispunha de um mercado produtor, não possuía, *a priori*, produtos que agradassem aos interesses comerciais do governo e da burguesia mercantil portuguesa, não conhecia a propriedade privada da terra e tampouco preocupava-se com o “excedente econômico” (FEREIRA JUNIOR, 2001, p. 1). Tal avaliação pode ser observada nas palavras de Caminha (apud ABREU, 1988, p. 66) ao rei de Portugal, que

³ Nome atribuído à terra pelo monarca português D. Manuel I (COUTO, 2000, p. 43).

embora denunciasse a “impossibilidade” de haver metais preciosos e diante do desencanto em relação às riquezas, sugeriu uma nova possibilidade, a salvação dos nativos:

N'ella [terra] até agora não podemos saber que haja ouro,nem prata,nem nenhuma cousa de metal,nem de ferro lho vimos;pero a terra em si é de muitos boos ares assi frios e temperados como os d'ante Doiro e Minho, porque n'este tempo de agora assi os achávamos como os de lá; aguas são muitas infindas e em tal maneira é greciosa eu querendo a aproveitar dar-se-á n'ela tudo por bem das aguas que tem;pero o melhor fruto que n'ela se pode fazer me parece que será salvar esta gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em Ella deve lançar [...] (CAMINHA apud ABREU, 1988, p. 66).

Desinteresse e desencanto eram sentimentos perceptíveis no discurso dos portugueses, pois, diante deste cenário, não encontraram “meios expressivos para a prática de atividades mercantis” (PEREIRA, 2007, p. 63). E, na falta de metais preciosos. Restou a esses colonizadores investir num produto já bem conhecido pelos europeus, o pau-brasil.

Este período fora marcado pelo escambo, os índios cortavam e transportavam as madeiras e em troca recebiam “bugigangas” como pentes, espelhos, colares e outros objetos (PEREIRA, 2007, p. 63). O lucro que se tinha com a venda da madeira era bastante inferior ao lucro obtido pelos produtos africanos. Segundo Couto (2000, p. 62), somente em meados do quinhentos a economia de escambo foi substituída pela economia de produção, onde o cultivo do açúcar e a criação de gado assumiram um importante papel.

1.2 O processo de colonização

As expedições que iam e vinham com novidades sobre o Brasil, e o arrendamento das terras pelo Rei D. Manuel I (1469-1521), com vistas a obter lucros e fazer com que fossem mais bem conhecidas, denotava que a Coroa Portuguesa consideravam-nas pertencentes a Portugal.

Para tanto, viam seus direitos de posse assegurados “pelas concessões papais, pelo tratado de limites concluído com a Espanha e pela prioridade do descobrimento” (ABREU, 1988, p. 73). Diante de tais prerrogativas, era inadmissível que outros países viessem usufruir dos benefícios da terra.

O desinteresse inicial da coroa Portuguesa pelo território que aparentemente, pouco tinha a oferecer, deu margem para que grupos estrangeiros adentrassem no território. Segundo Abreu (1988), os franceses chegaram quase que no mesmo período e logo começaram e

estabelecer no litoral o mesmo tipo de comércio – exploração do pau-brasil - e a conquistar os indígenas. A presença dos franceses era uma ameaça aos interesses dos colonizadores lusitanos, especialmente no que se refere aos aspectos econômicos.

Por receio de perder território, as três primeiras décadas da Colônia foram destinadas à ocupação do mesmo. Para isso, D. João III (1521-1557), sucessor de D. Manuel I, enviou armadas sob a liderança de Martin Afonso de Souza, para que impedissem a permanência dos franceses, povoassem e assegurassem a posse das terras. De acordo com Pereira (2007, p. 68), “O esquema frequente de defesa militar e um governo para a área ‘descoberta’ exigiram de Portugal a solução imediata por meio do sistema colonizador [...] A solução era colonizar, isto é ocupar a terra para explorar suas riquezas”. O processo de colonização tinha suas motivações no princípio de que os produtos da colônia pudessem ser comercializados na Europa e gerar bons lucros.

Segundo Couto (2000, p. 60), ao longo do período compreendido entre 1530-1548, D. João III utilizara no processo de colonização três diferentes formas de manter o “sucesso” da empresa. Inicialmente, utilizara o modelo de “exclusividade régia” (1530-1533), também conhecido por pacto colonial, no qual o governo lusitano exercia amplo domínio sobre a colônia, sobretudo, o domínio econômico. Contudo, em pouco tempo percebera que a colonização exigia que o reino dispusesse de uma boa quantidade de recursos financeiros capazes de suprir às demandas de ocupação, defesa e administração da área.

Consciente de tal necessidade, o governo régio, em 1534, opta pelo segundo modelo, o de “exclusividade particular” (1534-1548) que consistia em transferir as despesas com a colonização a particulares. Para tanto, o Brasil foi dividido em capitânicas hereditárias distribuídas aos governadores – componentes da nobreza. Esses governantes de capitânicas tornaram responsáveis por qualquer dano ou prejuízo que porventura a terra viesse sofrer. Segundo Pereira (2007):

Cada donatário comprometia-se em explorar, governar e defender esses lotes de maneira a afastar os estrangeiros e para tanto o rei atribui aos donatários inúmeros direitos e isenções. Esse sistema apesar de nomear o donatário como autoridade máxima em sua capitania, não o fazia dono das terras. O verdadeiro dono era o rei, que cedia aos donatários os direitos de governá-la e explorá-la (PEREIRA, 2007, p. 69).

Ao longo dos anos, o sistema de capitânicas hereditárias demonstrou deficiências que iam de encontro aos objetivos pretendidos pela coroa. As elevadas exigências materiais e humanas, a indisponibilidade dos donatários, ora com recursos financeiros, ora com

desinteresse e abandono das terras e a falta de uma fiscalização régia fizeram com que diante do quadro, D. João III experimentasse uma terceira possibilidade.

Ao fim de 1548, o rei de Portugal implementou o “sistema misto”, “que articulava um forte empenho militar, econômico e judicial da Coroa com a manutenção das capitâneas donatárias, embora expropriando os seus titulares de muitas das competências inicialmente concedidas” (COUTO, 2000, p. 60). Embora mantivesse as capitâneas-hereditárias, suas atribuições foram consideravelmente reduzidas e, no sistema misto, elas eram articuladas à administração régia e estavam submetidas à fiscalização de representantes nomeados diretamente pelo rei, os governadores-gerais.

Essas constantes e profundas modificações no processo de colonização deixaram consequências desastrosas na organização da Colônia, especialmente nas relações entre os ameríndios e portugueses que, até então, ainda conservavam a autonomia dos grupos tribais. Contudo, “a paulatina fixação dos europeus, com caráter permanente, em diversos pontos da costa brasileira pôs em causa o equilíbrio existente, provocando dois tipos de reações distintas por parte das comunidades aborígenes: aceitação pacífica ou resistência armada” (COUTO, 2000, p. 61).

Nomeado pelo El-Rei D. João III, Tomé de Souza assumiu o primeiro governo-geral do Brasil e sua forma de governo propiciou maior centralização do poder. Na sua vinda, recebeu um documento real intitulado “Regimento de 1548” o qual regulamentava as principais funções dos governadores-gerais, a saber: a procura por ouro, repressão às rebeliões indígenas, propagação da catequese e defesa da terra (PEREIRA, 2007, p. 70).

Ciente das dificuldades pelas quais passava a Colônia, o rei enviou junto a Tomé de Souza uma comitiva que ele considerava forte o bastante para manter a ordem e o equilíbrio entre a população, a qual Puentes (2001) escreve-a precisamente:

Además de Pero Borges, en el cargo de Oidor-General, António Cardoso de Barros, en el de Proveedor-Mor de la hacienda y los seiscientos soldados, cuatrocientos degregados, doscientos regulares de tropa, trescientos e veinte artesanos, trescientos colonos contratados y decenas de mecánicos que acompañaban a Tomé de Sousa, primer gobernador de Brasil [...] (PUENTES, 2001, p. 02).

Acompanhando a comitiva, um grupo notável, personagens que para alguns estudiosos da historiografia passaram despercebidos, entretanto estabeleceram um trabalho significativo para a propagação das primeiras idéias pedagógicas do Brasil. Dando continuidade à descrição de Puentes (2001):

Ilegó a la colônia también el 29 de marzo de 1549 la primera representación de la Compañía de Jesús encabezada por el Padre Manoel da Nóbrega y compuesta por sus compañeros Padre Leonardo Nunes, João da Azpilcueta Navarro y Antonio Pires, u los Hermanos Vicente Rodrigues y Diego Jacome. Los Padres y Hermanos completarían harmónicamente [...] la administración de la colonia [...] (PUENTES, 2001, p. 02).

Quem observou o pequeno grupo de padres, talvez não soubesse a transformação que este grupo faria nas “terras dos papagaios”. Esses homens faziam parte de uma Ordem que desde 1540 assumira o papel de representar o Papa onde quer que fossem enviados. A permanência desses homens na Colônia ultrapassara as fronteiras religiosas e mais que catequizar, suas ações influíram no processo de organização social, econômica e político da “empresa colonial”.

Sob quais motivações fora a Companhia de Jesus organizada, os objetivos que trouxeram os padres para as terras Tupiniquins, a forma como trabalharam e, sobretudo, a repercussão que o método pedagógico desenvolvido pelos Inacianos teve nos primórdios do Brasil Colonial, são aspectos da história que devem ser estudados com especial atenção. Para isso os capítulos deste trabalho serão dedicados a descrever e analisar suas atuações sob o *locus* da educação. Segmento da história brasileira que Casimiro afirma começar “com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549, e termina com a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808” e que “Salvaguardadas algumas diferenças, pressupõe fases cronológicas correlacionadas intimamente com os acontecimentos da metrópole” (CASSIMIRO, 2007, p. 86).

As ações colonizadoras no Brasil do século XVI estavam intimamente relacionadas aos interesses da metrópole.

2. Considerações Parciais

Considerando que o presente estudo encontra-se em fase de iniciação, as considerações parciais correm o risco de caírem em uma análise simplória diante da enormidade de questões a serem discutidas e das leituras a serem realizadas e por isso optamos por dar maior ênfase ao contexto sócio-histórico, uma vez que o processo de colonização foi determinante para a vinda dos jesuítas e junto deles seu método de ensino, suas ações pedagógicas, que foram tão importantes para a história da educação brasileira.

O que pode ser percebido até o presente momento, é o fato de, embora o processo de colonização do Brasil ter sido realizado em função dos interesses econômicos da Coroa

Portuguesa, os Jesuítas, mais do que atender tais interesses, contribuíram com a modificação de uma realidade social, que para o bem ou para o mal, não cabe ao estudo um discurso maniqueísta sobre as ações que nortearam o sistema educacional brasileiro e sua repercussão. Cabe sim neste estudo, ao invés de apresentar uma consideração final, abrir uma ampla discussão sobre as raízes educacionais do Brasil, daí nossa preocupação inicial de revisitar os antecedentes históricos da educação em nosso país, partindo do marco das grandes navegações, que preanunciaram a colonização.

Referências

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de História Colonial 1500-1800*. 7. ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CASIMIRO, Ana Palmira B.S. Igreja, Educação e Escravidão no Brasil Colonial. *Politéia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007. Disponível em: <<http://www.uesb.br/politeia/v7/artigo4.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

COUTO, Jorge. A gênese do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Educação e Violência no Brasil Colonial. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DE EDUCAÇÃO JESUÍTICA E FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA: 1549:1759. Piracicaba: UNIMEP, 2001. Disponível em: <jmpaiva@unimep.br>. Acesso em: 10 abr. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

NAGEL, Lízia. Educação Colonial: Escolástica ou Burguesa? *Revista Educação em Questão*, Nata, v. 6, n. 2, p. 24-39, 1996.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e Catequese*. São Paulo: Cortez, 1982.

PEREIRA, Érica Carolina. *Os curumins da terra brasílica: a educação da criança no século XVI e a pedagogia jesuítica*. São Carlos: UFSCar, 2007.

PUENTES, R. V. La Compañía de Jesús y su misión histórica em Brasil. In: ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL DO GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E CULTURA: BRASIL, 1549-1759, 2., 2002, Maringá. *Anais...* Maringá, v. 1. p. 1-23.